Colégio	Sala	Ordem
M0001	0001	0001

Outubro/2023

JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)

Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Técnico Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Agente da Polícia Judicial

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'J10', Tipo 004	MODELO	TIPO-004

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
00000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A suprema felicidade da vida é ter a convicção de que somos amados.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: ⊙ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Lingua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho do conto "Caso da vara", de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 10.

1. *Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo. Desconhecia as ruas, andava e desandava, finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não, lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. Não assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou. Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, João Cameiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresentou ao reitor:*

2. *– Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.*

3. *– Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço...*

4. *Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:*

5. *– Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...*

6. *Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Cameiro; Damião tinha umas ideias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar. Onde morava? Estava tão atordoado, que só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa; era no Largo do Capim.*

7. *– Santo nome de Jesus! Que é isto? bradou Sinhá Rita, sentando-se na marquesa, onde estava reclinada.*

8. *Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar á casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna não estava fechada a chave nem ferrolho. Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.*

9. *– Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera. Que vem fazer aqui?*

10. *Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.*

11. *– Descanse, e explique-se.*

12. *– Já lhe digo; não pratiquei nenhum crime, isso juro, mas espere.* [...]

13. *Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.*

14. *– Como assim? Não posso nada.* [...]

15. *– Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa.*

(ASSIS, Machado de. **50 contos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007)

1. O 6º parágrafo permite caracterizar Damião como
   (A) oportunista.
   (B) compassivo.
   (C) ingênuo.
   (D) altruísta.
   (E) pessimista.

2. A voz do personagem mescla-se à voz do narrador, configurando o chamado discurso indireto livre, no seguinte trecho:
   (A) *Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.* (8º parágrafo)
   (B) *Desconhecia as ruas, andava e desandava, finalmente parou. Para onde iria?* (1º parágrafo)
   (C) *– Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera.* (9º parágrafo)
   (D) *Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850.* (1º parágrafo)
   (E) *– Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.* (2º parágrafo)

3. O narrador manifesta incerteza acerca do fato narrado em:
   (A) *– Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...* (5º parágrafo)
   (B) *Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.* (10º parágrafo)
   (C) *Não assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou.* (1º parágrafo)
   (D) *Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850.* (1º parágrafo)
   (E) *Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil.* (1º parágrafo)

4. A expressão sublinhada em *Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário* (4º parágrafo) exerce a mesma função sintática daquela sublinhada em:

(A) *Este não deu por ele* (8º parágrafo)
(B) *Não posso nada* (14º parágrafo)
(C) *A verdadeira grandeza é chã* (3º parágrafo)
(D) *Desconhecia as ruas* (1º parágrafo)
(E) *Não assentara no ponto de refúgio* (1º parágrafo)

5. O narrador manifesta-se explicitamente no próprio texto no seguinte trecho:

(A) *Estava tão atordoado, que só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa* (6º parágrafo)
(B) *Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário* (13º parágrafo)
(C) *Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho* (4º parágrafo)
(D) *Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto* (1º parágrafo)
(E) *Não assentara no ponto de refúgio, porque a salda estava determinada para mais tarde* (1º parágrafo)

6. *venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom.* (3º parágrafo)

A locução sublinhada acima introduz uma oração que expressa ideia de

(A) concessão.
(B) comparação.
(C) causa.
(D) consequência.
(E) condição.

7. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

(A) *Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre* (8º parágrafo)
(B) *Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário* (4º parágrafo)
(C) *Para casa, não, lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo* (1º parágrafo)
(D) *Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade* (1º parágrafo)
(E) *– Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor* (2º parágrafo)

8. *Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo* (10º parágrafo)

Transpondo o trecho acima para o discurso direto, o verbo da fala de Damião assume a seguinte forma:

(A) teria.
(B) tivera.
(C) teve.
(D) tinha.
(E) tenha.

9. *Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar á casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna não estava fechada a chave nem ferrolho. Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre.* (8º parágrafo)

No trecho acima, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

(A) *estava.*
(B) *vira.*
(C) *espiou.*
(D) *acabava.*
(E) *deu.*

10. Verifica-se o emprego de vírgula para isolar um vocativo no seguinte trecho:

(A) *– Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom.* (3º parágrafo)
(B) *Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas ideias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar.* (6º parágrafo)
(C) *Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo.* (1º parágrafo)
(D) *– Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera.* (9º parágrafo)
(E) *Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil.* (1º parágrafo)

Matemática e Raciocínio Lógico

11. José escreveu em seu caderno os números de 1 a 100 em ordem crescente. Em seguida, apagou alguns algarismos restando apenas cópias do número 2023. O número máximo de cópias de 2023 que José pode ter obtido é

(A) 3

(B) 7

(C) 6

(D) 4

(E) 5

---

12. Uma balsa pode carregar 46 veículos de passeio ou 12 caminhões de dois eixos. O número máximo de caminhões de dois eixos que podem ser embarcados com 14 veículos é

(A) 5

(B) 9

(C) 8

(D) 6

(E) 7

---

13. Maria recebeu uma encomenda de 180 almofadas para fazer em 5 dias. A cada dia fez 2 almofadas a mais do que no dia anterior. O número de almofadas que Maria fez no segundo dia foi

(A) 44

(B) 34

(C) 32

(D) 36

(E) 40

---

14. Um jovem subiu do 1º ao 10º andar em 10 minutos com velocidade constante. O tempo que ele levou para ir do 1º andar ao 4º andar foi

(A) 3 minutos e 45 segundos.

(B) 4 minutos.

(C) 3 minutos.

(D) 3 minutos e 20 segundos.

(E) 3 minutos e 30 segundos.

---

15. Em uma aula de judô, há 20 crianças com idades 6, 7, 8, 9 e 10 anos. Oito dessas crianças têm 6 anos e a moda das idades é única e igual a 8 anos. A idade média, em anos, dessa turma de judô é

(A) 8,5

(B) 8,1

(C) 7,1

(D) 8,2

(E) 7,3

Legislação

16. Carlos, servidor federal, entrou em exercício em unidade localizada em zona de fronteira. Nesse caso, a Lei nº 8.112/1990 prevê que Carlos terá direito

(A) aos adicionais de insalubridade, periculosidade e de atividades penosas.

(B) ao adicional de atividades penosas.

(C) aos adicionais de insalubridade e periculosidade.

(D) ao adicional de insalubridade, periculosidade e por serviço extraordinário remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho.

(E) ao adicional por serviço extraordinário remunerado com acréscimo de 100% em relação à hora normal de trabalho.

---

17. A Resolução CNJ nº 400/2021, dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. As aquisições e contratações efetuadas pelo órgão do Poder Judiciário quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, nos termos da referida Resolução, devem observar

(A) os critérios de sustentabilidade.

(B) os planos de cooperação integrada.

(C) os convênios entre os órgãos do Poder Judiciário.

(D) os parâmetros orçamentários.

(E) os índices de desenvolvimento compartilhado.

---

18. Nos termos previstos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, conciliar e instruir os dissídios coletivos compete

(A) à Seção Especializada 1, de forma indelegável.

(B) à Seção Especializada 2, com previsão legal de delegar essas atribuições ao Vice-Presidente, na sede do Tribunal, ou aos Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, quando ocorrerem fora da sede.

(C) ao Presidente do Tribunal, com previsão legal de delegar essas atribuições ao Vice-Presidente, na sede do Tribunal, ou aos Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, quando ocorrerem fora da sede.

(D) ao Presidente do Tribunal, de forma indelegável.

(E) à Seção Especializada 1, com previsão legal de delegar essas atribuições ao Vice-Presidente, na sede do Tribunal, ou aos Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, quando ocorrerem fora da sede.

---

19. No que diz respeito às pautas de julgamento, o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região especifica que

(A) independem de publicação e inclusão em pauta processos em que figure, como parte ou interveniente, com idade igual ou superior a sessenta anos.

(B) não poderá haver a suspensão do julgamento de processos incluídos em pauta.

(C) a inclusão de processos na pauta de julgamento independe do visto do Relator e do Revisor.

(D) o Relator poderá solicitar preferência para o julgamento de processos que entenda de manifesta urgência, possibilidade não estendida legalmente ao Revisor.

(E) terão preferência, entre outros, os processos cujo Relator e Revisor devam afastar-se do Tribunal por motivo de férias ou licença.

---

20. A Lei nº 8.112/1990 dispõe que exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público

(A) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da nomeação.

(B) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 30 dias contados da data da posse.

(C) efetivo, mas não da função de confiança, e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

(D) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

(E) efetivo, mas não da função de confiança, e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da nomeação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. As metodologias para análise de riscos levam em consideração a necessidade de aplicação de modelos conceituais aptos a construção de cenários capazes de identificar determinados eventos e suas consequências.

Uma concepção utilizada pela doutrina classifica esses métodos em dois grupos:

(A) o indutivo, que analisa os elementos individuais e a sua influência no contexto geral, e o dedutivo, que considera o evento e analisa os elementos individuais que contribuíram para sua ocorrência.

(B) o indutivo, que analisa os elementos individuais e a sua influência no contexto geral, e o dedutivo, que considera o evento e analisa os elementos individuais que evitariam sua ocorrência.

(C) o dedutivo, que analisa os elementos individuais independente do contexto geral, e o indutivo, que considera o evento e analisa os elementos individuais que evitariam sua ocorrência.

(D) o dedutivo, que analisa os elementos individuais e a influência no contexto geral, e o indutivo, que considera o evento e analisa os elementos individuais que contribuíram para sua ocorrência.

(E) o indutivo, que analisa os elementos individuais independente do contexto geral, e o dedutivo, que considera o evento e analisa os elementos individuais que contribuíram para sua ocorrência.

---

22. Os deslocamentos veiculares são considerados eventos de grande atenção para o serviço de segurança de dignitários. Determinados parâmetros devem ser observados por serem considerados boas práticas procedimentais e proporcionam uma maior proteção. Dentre esses parâmetros é correto afirmar:

(A) A pessoa protegida deve estar posicionada no banco de trás do veículo, atrás do passageiro / se houver dois veículos para a prestação do serviço, um transportará a pessoa protegida e o outro se deslocará atrás, com a equipe de segurança / ao desembarcar, o agente de segurança deve fazê-lo ao mesmo tempo que a pessoa protegida e o motorista logo após.

(B) A pessoa protegida deve estar posicionada no banco de trás do veículo, atrás do passageiro / se houver dois veículos para a prestação do serviço, um transportará a pessoa protegida e o outro se deslocará atrás, com a equipe de segurança / ao desembarcar, o agente de segurança deve fazê-lo antes da pessoa protegida e o motorista permanece no veículo.

(C) A pessoa protegida deve estar posicionada no banco de trás do veículo, atrás do motorista / se houver dois veículos para a prestação do serviço, um transportará a pessoa protegida e o outro se deslocará atrás, com a equipe de segurança / ao desembarcar, o agente de segurança deve fazê-lo antes da pessoa protegida, juntamente com o motorista.

(D) A pessoa protegida deve estar posicionada no banco de trás do veículo, atrás do motorista / se houver dois veículos para a prestação do serviço, um transportará a pessoa protegida e o outro se deslocará à frente, com a equipe de segurança / ao desembarcar, o agente de segurança deve fazê-lo antes da pessoa protegida e o motorista permanece no veículo.

(E) A pessoa protegida deve estar posicionada no banco da frente do veículo, no assento do passageiro / se houver dois veículos para a prestação do serviço, um transportará a pessoa protegida e o outro se deslocará à frente, com a equipe de segurança / ao desembarcar, o agente de segurança deve fazê-lo após a pessoa protegida e o motorista permanece no veículo.

---

23. Considere a seguinte situação hipotética referente a uma crise no interior do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região:

Um homem, utilizando-se de uma arma branca, toma de refém uma mulher, alegando ter sofrido uma injustiça ao ser desligado do quadro de funcionários da instituição. Num primeiro momento, o agente de polícia judicial é chamado e passa a atuar como primeiro interventor. A primeira providência que adota é isolar o local e passa a realizar contato com o perpetrador da crise, que solicita a presença do presidente do Tribunal, sendo prontamente atendido. Porém, mesmo com a presença do presidente, a situação permanece, o que demanda a presença de ação policial externa para debelar a crise.

Considerando os conceitos de gerenciamento de crises: atuação do primeiro interventor e compressão de tempo, é correto afirmar:

(A) a compressão de tempo não significa resolver a crise de imediato, mas adotar as medidas apropriadas de controle e condução no momento certo, o que permite ao agente de segurança, como primeiro interventor, abrir concessão.

(B) houve equívoco por parte do agente de segurança, pois não cabia a ele assumir como primeiro interventor e sim acionar o quanto antes o apoio policial em razão do caráter de compressão de tempo da crise identificada.

(C) como primeiro interventor, o agente de segurança pode abrir concessão, desde que não coloque em risco a vida das pessoas, em razão da compressão de tempo que exige que a crise seja resolvida o mais rápido possível.

(D) como primeiro interventor, ao agente de segurança não cabe abrir concessão, mesmo sob a justificativa de compressão de tempo, que não significa resolver a crise o mais rápido possível.

(E) mesmo sabendo que a compressão de tempo determina que a crise deva ser resolvida de imediato, não cabe ao agente de segurança, como primeiro interventor, abrir concessão.

24. O planejamento de segurança é abrangente e deve levar em conta toda a corporação e também as possíveis alterações de rotina e eventos inesperados. Deve considerar todos os setores da área de atuação de acordo com critérios de ..I.. e seguir uma sistemática lógica e sequencial, por meio de ..II.. . Dessa forma se determinam as etapas a serem cumpridas, ou seja, ..III..

Preenchem correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

(A) modularidade – faseamento – níveis estratégicos
(B) modularidade – faseamento – fases do planejamento
(C) níveis estratégicos – faseamento – modularidade
(D) faseamento – modularidade – fases do planejamento
(E) fases do planejamento – faseamento – modularidade

25. Considere as informações a seguir:

Segurança da informação

Aspectos gerais	**Definições**
1. Severidade	**a.** Processo de identificação e reconhecimento formal de identidade.
2. Irretratabilidade	**b.** Referência de cumprimento das regras e normas estabelecidas.
3. Criticidade	**c.** Gravidade do impacto geral causado por uma perda.
4. Autenticação	**d.** Gravidade do dano que determinado ativo pode sofrer.
5. Conformidade	**e.** Atributo de identificação do emissor de uma informação.

A correta correlação entre os aspectos gerais e as definições de segurança da informação é:

(A) 1-b – 2-a – 3-d – 4-c – 5-e.
(B) 1-a – 2-c – 3-b – 4-e – 5-d.
(C) 1-d – 2-e – 3-c – 4-a – 5-b.
(D) 1-e – 2-c – 3-b – 4-a – 5-d.
(E) 1-c – 2-b – 3-e – 4-d – 5-a.

26. O agente de segurança deve pautar todas as iniciativas em critérios técnicos, em especial ao realizar o planejamento das suas atividades, seguindo parâmetros de excelência que demandam conhecimento sobre as variáveis e possíveis resultados dos acontecimentos, a fim de proporcionar maior controle e empenho adequado dos recursos, principalmente ao se tratar da análise de riscos. Ao realizar essa análise, é necessário conhecer a relação entre risco e ameaça; nesse sentido,

(A) a ameaça é uma consequência de um evento de risco.
(B) em ambos os casos, na ocorrência do evento, a perda é certa.
(C) a ocorrência de um evento de risco não decorre em perda; já no caso da ocorrência de um evento de ameaça, a perda é certa.
(D) trata-se de conceitos semelhantes.
(E) a principal diferença diz respeito à potencialidade de dano de cada um.

27. Ainda considerando as atividades do agente de segurança ao realizar a análise de riscos e a aplicação das medidas necessárias, bem como adoção de ações corretivas ou ainda adequação de rotinas, é necessário compreender que a ocorrência de um evento de dano ..I.. acarreta em perda, uma vez que a perda se trata de uma ..II.. desse dano, que deduz ..III..

Preenchem correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

(A) obrigatoriamente – causa – exclusivamente prejuízos financeiros
(B) não – causa – prejuízos de qualquer espécie
(C) não necessariamente – causa – exclusivamente prejuízos financeiros
(D) obrigatoriamente – consequência – prejuízos de qualquer espécie
(E) não necessariamente – consequência – prejuízos de qualquer espécie

28. Dentre os métodos de análise de riscos disponíveis, pode-se adotar uma matriz de classificação de prioridade e proteção que avalia as opções existentes de acordo com critérios previamente estabelecidos. Tais critérios devem focar o problema a ser combatido e uma das concepções determina a organização da matriz, baseada na sigla "PARE" que significa:

(A) Prazo; Aceitação; Resultados; Eventualidade.
(B) Plano; Análise; Revisão; Efetividade.
(C) Potencialidade; Aceitação; Resultados; Efetividade.
(D) Prazo; Aceitação; Recursos; Efetividade.
(E) Potencialidade; Aplicação; Recursos; Evolução.

29. O agente de polícia judicial no desempenho de suas atribuições deve atuar em conjunto com os órgãos de segurança pública, principalmente no tocante ao compartilhamento de informações de interesse de segurança e complementação das estratégias de segurança do Tribunal. Para tanto, o conhecimento do funcionamento do sistema de segurança pública e atribuições constitucionais dos órgãos que o compõem é de extrema importância.

Considere as seguintes afirmações:

I. A manutenção da ordem pública na região onde está instalado o Tribunal é exercida pela Polícia Militar.

II. A polícia federal exerce as atribuições de polícia judiciária da união de forma compartilhada com as polícias civis dos respectivos estados.

III. Os Corpos de Bombeiros dos Estados têm caráter militar e fazem parte do sistema de segurança pública.

IV. A atividade de defesa civil compõe o sistema de segurança pública nacional.

V. Os agentes de trânsito não são considerados de segurança pública.

VI. As polícias penais são órgãos independentes e vinculados ao sistema administrativo penal e ainda assim compõem o sistema de segurança pública.

VII. Todos os municípios devem constituir Guardas Municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) V, VI e VII.
(B) I, II e IV.
(C) III, IV e VI.
(D) I, III, V e VII.
(E) II e VI.

---

30. Considere as seguintes afirmações a respeito dos recursos, funcionalidades e procedimentos biométricos de segurança:

I. O reconhecimento de assinatura não é considerado biometria.

II. O reconhecimento de íris e retina utilizam processos de captação diferentes.

III. Na captação da face é necessário que a pessoa se mova para atingir o padrão de verificação necessário.

IV. A segurança biométrica não se associa a outras validações de acesso.

V. A identificação biométrica é realizada por meio de comparação de informações armazenadas em um banco de dados.

VI. As particularidades comportamentais das pessoas não são levadas em conta pela segurança biométrica, apenas as físicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e V.
(B) III, IV e VI.
(C) IV, V e VI.
(D) I, IV e VI.
(E) I, II e V.

---

31. A atividade de segurança de dignitários depende de organização e critérios que determinam funções e procedimentos adequados para garantir a integridade física e moral da pessoa protegida. É usual a organização dos agentes de segurança em equipes, a fim de definir atribuições e procedimentos. Considere as seguintes afirmações sobre uma equipe de segurança aproximada:

I. É responsável pelo planejamento da segurança do dignitário em eventos externos.

II. É responsável pela cobertura e retirada do dignitário em caso de atentados.

III. Acompanha o dignitário em deslocamentos motorizados e à pé.

IV. É procedida por agentes infiltrados no público a fim de colher informações de interesse.

V. Deve permanecer uniformizada, a fim de ser prontamente identificada como integrante do corpo de segurança.

VI. É responsável pelo serviço de vigilância e operação do controle de acesso da instalação física onde atua o dignitário.

VII. Normalmente acompanha o dignitário em eventos oficiais e compromissos particulares.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, IV e V.
(B) I, IV e VI.
(C) II, III e VII.
(D) I, III e V.
(E) IV, VI e VII.

32. A crise, definida como *"um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável"* (Salignac, 2011, p. 21), e o seu gerenciamento, atividade fundamental perante eventos críticos, levam em conta que

(A) o gerenciamento de crises tem por objetivo preservar vidas e aplicar a lei simultaneamente.

(B) a prevenção da crise também compõe o gerenciamento de crises.

(C) a crise exige uma postura organizacional rotineira.

(D) a crise é seletiva e inesperada.

(E) o estresse aumenta a capacidade de desempenho em tarefas de solução de problemas.

---

33. Para o planejamento da viagem de um dignitário que se dirigirá a aeroporto para embarcar em voo comercial da cidade de Florianópolis à cidade de Curitiba, a equipe ..I.. deve realizar contato com a ..II.., caso haja alguma providência junto ao aeroporto de embarque, por se tratar de polícia aeroportuária local. Para aguardar a chegada do dignitário, pode-se designar agentes, nesse caso componentes da equipe ..III..

Preenchem correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

(A) precursora – Polícia Militar – aproximada

(B) avançada – Aeronáutica – aproximada

(C) aproximada – Polícia Federal – avançada

(D) avançada – Aeronáutica – aproximada

(E) precursora – Policia Federal – avançada

---

34. O emprego de controles de acesso é essencial para a segurança de uma instalação, pois permite aos gestores definir quem e o que pode acessá-la, de acordo com parâmetros estabelecidos. Nesse contexto, pode-se lançar mão de determinadas modalidades de controles de acesso:

I. Procedimentais, que dependem de protocolos para sua efetividade e não limitam o acesso por si só.

II. Procedimentais, que tratam da operação de equipamentos limitadores de acesso.

III. Instrumentais, que necessariamente precisam ser operados por um funcionário.

IV. Instrumentais, que se destinam exclusivamente a limitar o acesso de materiais.

V. Instrumentais, que dependem de protocolos para sua efetividade e não limitam o acesso por si só.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e V.

(B) III.

(C) V.

(D) I.

(E) II e IV.

---

35. A atividade de inteligência é uma prática constante que garante a produção e o aperfeiçoamento do conhecimento, bem como a salvaguarda dos interesses de uma instituição. É prevista em normas e doutrinas e é empregada na área pública e privada. São considerados segmentos da atividade de inteligência a coleta de dados disponíveis, realizada peta ..I.. e a busca por dados indisponíveis efetuada pela ..II.. Já a elaboração de um plano de segurança orgânica é uma forma ..III.. de ..IV..

Preenchem correta e respectivamente, as lacunas I, II, III e IV:

(A) análise – operação – passiva – contra-inteligência

(B) contra-inteligência – análise – passiva – planejamento de inteligência

(C) análise – operação – ativa – planejamento de inteligência

(D) análise – contra-inteligência – ativa – planejamento de inteligência

(E) operação – análise – passiva – contra-inteligência

---

36. De acordo com o texto da Norma Regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-23), que estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho, é correto afirmar que toda organização de trabalho deve adotar medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com a legislação

(A) estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com a legislação municipal.

(B) federal e, quando aplicável, de forma complementar, com a legislação municipal.

(C) estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.

(D) federal e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.

(E) federal e, quando aplicável, de forma complementar, com a legislação estadual.

37. Em uma cena de acidente de trânsito pode haver diversos riscos presentes, tanto para os acidentados quanto para as pessoas que lhes prestam atendimento, ou que circulam pelo local. Em relação a esses riscos e seus cuidados iniciais, conforme preconizados na Cartilha Noções de Primeiros Socorros no Trânsito (DENATRAN 2005), considere as afirmações a seguir:

I. Nos casos de colisões com postes em que haja o rompimento de cabos energizados, as pessoas no interior dos veículos devem ser retiradas imediatamente, exceto se os pneus do veículo estiverem vazios.

II. Se o acidente envolver um caminhão de combustível, gás, ou outro material inflamável e ocorrer vazamento ou fogo, a via deve ser totalmente interditada, obedecendo-se as distâncias recomendadas, e o local deverá ser evacuado.

III. A fim de evitar atropelamentos no local do acidente, recomenda-se interditar todas as pistas e faixas de rodagem, proporcionando segurança ao fluxo de pedestres na cena do acidente.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) III.
(C) II.
(D) I e III.
(E) II e III.

38. Ao estabelecer medidas de prevenção de incêndios para os ambientes de trabalho, com relação às saídas e rotas de fuga, a NR-23 disciplinou as regras abaixo descritas, EXCETO:

(A) As saídas de emergência não podem ser fechadas à chave ou presas durante a jornada de trabalho.
(B) As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivo de travamento, desde que tais dispositivos permitam fácil abertura pelo interior do estabelecimento.
(C) As saídas de emergência, bem como as vias de passagem, devem ser sinalizadas, indicando a direção de saída.
(D) Os ambientes de trabalho devem dispor de, pelo menos, duas saídas, permitindo que seus ocupantes possam abandoná-los em caso de emergência.
(E) As saídas, aberturas e vias de passagem devem permanecer desobstruídas.

39. De acordo com a Cartilha Noções de Primeiros Socorros no Trânsito (DENATRAN 2005), Primeiros Socorros são as primeiras providências tomadas no local do acidente, o atendimento inicial e temporário até a chegada do socorro profissional. Contém as providências recomendadas por essa Cartilha:

(A) Proceder a uma avaliação rápida da vítima; reposicionar a vítima em uma posição anatômica e confortável para aguardar a chegada do socorro; acionar corretamente o serviço emergencial.
(B) Proceder a uma avaliação rápida da vítima; oferecer água à vítima, promovendo uma boa hidratação; acionar corretamente o serviço emergencial.
(C) Proceder a uma avaliação rápida da vítima; caso se trate de um motociclista, remover o capacete; acionar corretamente o serviço emergencial.
(D) Proceder a uma avaliação rápida da vítima; realizar tomiquetes para estancar os sangramentos identificados; acionar corretamente o serviço emergencial.
(E) Proceder a avaliação rápida da vítima; aliviar as condições que ameacem a vida da vítima, ou que possam agravar o seu quadro; acionar corretamente o serviço emergencial.

40. Os doadores de sangue terão atendimento prioritário, após todos os demais beneficiados no rol constante para prioridade de atendimento, pela Lei nº 10.048/2000, a saber: as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida, mediante a apresentação de comprovante de doação com validade de

(A) 1 ano.
(B) 175 dias.
(C) 180 dias.
(D) 120 dias.
(E) 150 dias.

41. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, que aprova as Normas de Cerimonial Público e a Ordem Geral de Precedência, a colocação de autoridades que não constem na ordem geral de precedência, ou seja, nos casos omissos, será determinada

(A) pelo chefe do cerimonial, quando solicitado, que prestará esclarecimento de natureza protocolar, bem como determinará a colocação de autoridades e personalidades que não constem da Ordem Geral de Precedência.
(B) pelo anfitrião, independentemente da determinação de colocação da autoridade ou personalidade pelo Chefe do Cerimonial, uma vez que é corresponsável pela recepção dos convidados.
(C) pelo chefe da segurança, uma vez que a colocação de autoridade em local de precedência não expressamente prevista no Decreto de Cerimonial poderá colocar em risco a segurança do evento.
(D) pela autoridade que preside o evento, a qual é responsável pela acomodação das autoridades e personalidades na mesa diretora.
(E) pela assessoria que acompanha a autoridade ou personalidade no evento, a qual determinará que a melhor posição deve ser ocupada de acordo com a precedência não prevista no Decreto de Cerimonial.

42. Considere, hipoteticamente, que Haroldo, ocupante de cargo de Chefia de um Tribunal Regional do Trabalho, autoridade competente para responsabilização de subordinado, por indulgência, deixou de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo. Nesse caso, a hipótese se amolda ao tipo penal de

(A) condescendência criminosa.

(B) violência arbitrária.

(C) excesso de exação.

(D) prevaricação.

(E) advocacia administrativa.

43. Nos termos da Lei nº 7.716/1989, se o crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, for praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas, no tocante ao aumento da pena, a pena é aumentada

(A) de dois terços.

(B) de metade.

(C) de quarta parte.

(D) de um terço.

(E) até o dobro.

44. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que versa sobre o abuso de autoridade, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, em âmbito cível assim como no administrativo-disciplinar,

(A) não faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, mas faz coisa julgada no âmbito cível; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo administrativo-disciplinar.

(B) faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, a sentença que reconhecer ter sido o ato praticado em legítima defesa, mas não em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, mas não faz coisa julgada no âmbito cível.

(C) faz coisa julgada.

(D) não faz coisa julgada no âmbito cível e administrativo-disciplinar, pois são independentes; assim, deve-se prosseguir com a instrução de ambos os processos.

(E) não faz coisa julgada no âmbito cível, mas faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo cível.

45. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é assegurada prioridade especial, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas, às pessoas maiores de

(A) 65 anos.

(B) 72 anos.

(C) 75 anos.

(D) 70 anos.

(E) 80 anos.

46. Em relação ao valor das causas, o Juizado Especial tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas aquelas cujo valor não exceda a

(A) 40 vezes o salário mínimo.

(B) 80 vezes o salário mínimo.

(C) 100 vezes o salário mínimo.

(D) 60 vezes o salário mínimo.

(E) 70 vezes o salário mínimo.

47. A Resolução CNJ 344/2020 regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais. O exercício do poder de polícia administrativa do Tribunal Regional do Trabalho se dará pelos

(A) presidentes dos tribunais, pelos magistrados que presidem as turmas, sessões e audiências, e pelos agentes da polícia judicial, somente, não sendo possível, em nenhuma hipótese, requisitar a colaboração de autoridades externas.

(B) magistrados que presidem as turmas, sessões e audiências e pelos agentes e inspetores da polícia judicial, somente, sendo vedada a possibilidade de requisitar a colaboração de autoridades externas.

(C) agentes e inspetores da polícia judicial, somente, podendo, quando necessário, requisitar a colaboração de autoridades externas.

(D) presidentes dos tribunais e pelos magistrados que presidem as turmas, sessões e audiências, somente, podendo estes e aqueles, quando necessário, requisitar a colaboração de autoridades externas.

(E) presidentes dos tribunais, pelos magistrados que presidem as turmas, sessões e audiências e pelos agentes e inspetores da polícia judicial, podendo, quando necessário, requisitar a colaboração de autoridades externas.

---

48. Considere os seguintes tipos penais praticados contra a Administração Pública:

Tipos penais	Ação
1. Desobediência	a. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
2. Resistência	b. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
3. Corrupção passiva	c. Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
4. Corrupção ativa	d. Desobedecer a ordem legal de funcionário público.
5. Concussão	e. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

A correta correlação entre o tipo penal e a sua ação é:

(A) 1-d – 2-a – 3-b – 4-e – 5-c.

(B) 1-a – 2-c – 3-d – 4-e – 5-b.

(C) 1-d – 2-c – 3-a – 4-e – 5-b.

(D) 1-d – 2-b – 3-a – 4-e – 5-c.

(E) 1-e – 2-c – 3-a – 4-d – 5-b.

---

49. Para os fins da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo,

(A) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 anos, cumulada ou não com multa.

(B) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 anos, cumulada ou não com multa.

(C) somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

(D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

(E) somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

---

50. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT, sendo que, nos eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja a instalação de banheiros químicos, deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, já que o número de banheiros químicos acessíveis deverá corresponder a

(A) 10% do total, garantindo-se ao menos uma unidade se o número percentual resultar em fração inferior a 1.

(B) 25% do total, garantindo-se ao menos uma unidade se o número percentual resultar em fração inferior a 1.

(C) 15% do total, garantindo-se ao menos uma unidade, se o número percentual resultar em fração inferior a 1.

(D) 20% do total, sendo dispensável a instalação se o número percentual resultar em fração inferior a 1.

(E) 30% do total, sendo dispensável a instalação se o número percentual resultar em fração inferior a 1.

51. De acordo com a Lei nº 10.826/2003 regulamentada pela Resolução do CNJ nº 467/2022, no âmbito dos Tribunais do Poder Judiciário, no tocante ao porte de arma de fogo, a autorização é dada aos servidores

(A) do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, e que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, o porte de arma de fogo é autorizado somente na unidade federativa na qual o servidor exerça suas funções.

(B) do Poder Judiciário, independentemente de estarem exercendo o poder de polícia, o porte de arma de fogo é autorizado na unidade federativa na qual o servidor exerça suas funções.

(C) do Poder Judiciário, enquadrados somente como inspetores da especialidade Polícia Judicial, ainda que não estejam efetivamente no exercício do poder de polícia, o porte de arma de fogo é autorizado em todo o território nacional.

(D) do Poder Judiciário, enquadrados como agentes e inspetores da especialidade Polícia Judicial, e que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, o porte de arma de fogo é autorizado em todo o território nacional.

(E) terceirizados do Poder Judiciário, que efetivamente estejam no exercício do poder de polícia, o porte de arma de fogo é autorizado somente em todo o território nacional.

---

52. De acordo com a Resolução CNJ 435/2021, os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares deverão instituir comissões permanentes de segurança integradas por magistrados(as), inspetores(as) e agentes da polícia judicial. Considere as atribuições abaixo acerca das comissões permanentes de segurança:

I. Referendar o plano de segurança institucional, que englobe, entre outros temas, a segurança de pessoal, de áreas e instalações, de documentação e material, além de plano específico para proteção e assistência de juizes(as) e servidores(as) em situação de risco ou ameaçados(as), elaborados pelas respectivas unidades de segurança, auxiliando no planejamento da segurança de seus órgãos.

II. Receber originariamente pedidos e reclamações dos(as) magistrados(as), servidores(as) e usuários(as) do sistema de Justiça em relação à segurança institucional.

III. Deliberar originariamente sobre os pedidos de proteção especial formulados por magistrados(as), servidores(as), respectivas associações ou pelo CNJ, inclusive representando por providências.

IV. Estruturar e coordenar o plano de formação e capacitação dos(as) magistrados inspetores(as) e agentes da polícia judicial, de acordo com as diretrizes gerais do comitê gestor, ouvido o DSIPJ, de forma independente ou mediante convênio com órgãos de estado, instituições de segurança e inteligência.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.
(B) II e III.
(C) I, II e III.
(D) I e III.
(E) III e IV.

---

53. De acordo com o Manual de Direção Defensiva, considere:

I. Pneus murchos diminuem o consumo de combustível.
II. Veículo puxando para um do lados indica um possível problema de calibragem dos pneus.
III. Vibrações no volante indicam possíveis problemas no balanceamento das rodas.
IV. Pneus murchos têm sua vida útil aumentada.

Está correto o que se afirma em

(A) III e IV, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, II, III e IV.
(D) I e IV, apenas.
(E) I e II, apenas.

---

54. Verstapelino encontrava-se de férias e aproveitou este momento para conhecer e desbravar o encantador litoral brasileiro. Realizou a prévia manutenção periódica e preventiva de todos os sistemas e componentes do seu veículo e partiu para sua desejada viagem. Em um de seus passeios, dirigia seu veículo, com os pés descalços, pela congestionada Avenida Beira Mar, e, em dado instante, resolveu ajustar o retrovisor interno, momento em que colidiu com a traseira do veículo que transitava a sua frente, sendo que, do sinistro, não resultaram vítimas tampouco danos que impedissem a movimentação dos veículos. Verstapelino desembarcou de seu carro e foi até o veículo da frente para conversar com o outro condutor envolvido no acidente, permanecendo os dois veículos sinistrados parados na faixa central da via pública. Verstapelino

(A) cometeu infração de trânsito por deixar de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito.

(B) cometeu infração de trânsito por ajustar o retrovisor interno e por dirigir seu veículo descalço.

(C) não cometeu nenhuma infração de trânsito.

(D) cometeu infração de trânsito por dirigir seu veículo descalço.

(E) cometeu infração de trânsito por dirigir seu veículo descalço e por deixar de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito.

55. Eton Rant é agente da Polícia Judicial e se deparou com uma situação em que o uso da força poderá advir. Nesse caso, o esforço consciente, prévio á escalada dos eventos, para minimizar ao máximo a probabilidade de uso de força é denominado de princípio da

(A) necessidade.
(B) legalidade.
(C) precaução.
(D) não discriminação.
(E) proporcionalidade.

56. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), considere as seguintes autorizações:

I. Autorização para conduzir ciclomotor.
II. Autorização para conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido.
III. Autorização para conduzir bicicleta elétrica.

Além da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir, também constitui documento de habilitação o que consta em

(A) I e III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) III, apenas.
(E) I, apenas.

57. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os condutores das categorias "C", "D" e "E", com idade inferior a 70 anos, a partir da obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, serão submetidos a novo exame toxicológico a cada período de

(A) 3 anos e 6 meses.
(B) 2 anos e 6 meses.
(C) 3 anos.
(D) 5 anos e 6 meses.
(E) 4 anos e 6 meses.

58. No âmbito da educação para o trânsito, mediante proposta do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), o estabelecimento de campanha nacional para esclarecer condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de sinistros de trânsito será de responsabilidade do Ministério

(A) da Saúde.
(B) das Cidades.
(C) dos Direitos Humanos e Cidadania.
(D) da Ciência, Tecnologia e Inovação.
(E) da Educação.

59. O registro de tratores e demais aparelhos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas será efetuado

(A) com ônus, pelo Ministério dos Transportes.
(B) com ônus, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
(C) sem ônus, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.
(D) sem ônus, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
(E) com ônus, pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

60. Na hipótese do infrator declarar pelo sistema de notificação eletrônica a opção por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, o pagamento da multa poderá ser efetuado por

(A) 60% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento do prazo de pagamento da multa, mesmo que a adesão ao sistema tenha sido realizada após o correspondente envio da notificação da autuação.

(B) 50% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento do prazo de pagamento da multa, desde que a adesão ao sistema tenha sido realizada antes do correspondente envio da notificação da autuação.

(C) 70% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento do prazo de pagamento da multa, desde que a adesão ao sistema tenha sido realizada antes do correspondente envio da notificação da autuação.

(D) 70% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento do prazo de pagamento da multa, mesmo que a adesão ao sistema tenha sido realizada após o correspondente envio da notificação da autuação.

(E) 60% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento do prazo de pagamento da multa, desde que a adesão ao sistema tenha sido realizada antes do correspondente envio da notificação da autuação.